

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.634 - MG (2018/0302717-6)**

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
RECORRIDO : JOSE ANTONIO PEREIRA  
ADVOGADO : MIGUEL PEREIRA GOULART JUNIOR E OUTRO(S) -  
SP107048

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

A demanda tem origem na ação previdenciária proposta por José Antônio Pereira, na qual pretendia o benefício da aposentadoria por idade.

Na sentença, julgou-se procedente o pedido. O autor apresentou execução das parcelas vencidas, no valor de R\$ 29.771,35 (vinte e nove mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e cinco centavos).

O INSS ajuizou embargos à execução apontando excesso no valor R\$ 16.424,83 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos).

A sentença julgou procedente o pedido, determinando a compensação dos honorários advocatícios fixados na execução (R\$ 1.213,32) com aqueles fixados nos embargos à execução (R\$ 1.642,48), remanescendo o valor de R\$ 441,24 (quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), a ser pago pelo embargado.

O Tribunal *a quo* deu provimento à apelação do embargado para afastar a possibilidade de compensação dos honorários, suspendendo a sua execução, em razão da parte ser beneficiária da justiça gratuita, em acórdão assim ementado (fl. 44):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PARTE VENCIDA BENEFICIÁRIA DE JUSTIÇA GRATUITA. MISERABILIDADE PRESUMIDA NÃO AFASTADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. ART. 12 DA LEI N. 1.060/50.

1. De acordo com a Lei n. 1.060/50, para aqueles que estão assistidos pela gratuidade judiciária, caso dos autos, a exigibilidade dos valores atinentes à verba honorária encontra-se suspensa, motivo que impede a sua imediata compensação.

2. O recebimento, em execução de sentença, de valores acumulados referentes à concessão de benefício previdenciário, não afasta o direito à gratuidade judiciária, tampouco demonstra mudança patrimonial, principalmente diante da natureza alimentar da verba recebida. O simples fato de ao hipossuficiente ter sido assegurado o direito a um crédito não faz prova contra ele. Precedentes desta Corte.

3. Apelação da parte embargada provida para suspender a execução

da verba honorária.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados pelo acórdão de fls. 51-57.

Nas razões do recurso especial, o INSS alega violação ao art. 21 do CPC/1973. Sustenta que é possível a compensação dos honorários advocatícios fixados na execução com aqueles fixados em embargos à execução, ainda que uma das partes seja beneficiária da justiça gratuita.

Não foram apresentadas contrarrazões .

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

A jurisprudência do STJ está orientada no entendimento de que não é possível a compensação dos honorários advocatícios fixados no processo de conhecimento com aqueles arbitrados nos embargos à execução, por se tratarem de processos distintos.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCESSOS DISTINTOS. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Súmula 306 do STJ que dispõe que os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte, abrange verbas em um mesmo processo. No presente caso, a compensação se daria em processos distintos, o que não é possível.

2. A Primeira Seção desta Corte, nos autos do Recurso Especial 1.402.616/RS, adotou orientação no sentido de que, pelo conceito de compensação, credor e devedor devem ser as mesmas pessoas e que a verba honorária, que possui natureza alimentícia, pertence ao advogado, que tem sobre ela direito autônomo, não sendo razoável a compensação de honorários advocatícios em processos distintos.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1.609.915/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado e 15/12/2016, DJe 19/12/2016).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS. À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. COMPENSAÇÃO DA VERBA FIXADA EM PROCESSOS DISTINTOS: PROCESSO DE CONHECIMENTO E PROCESSO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. ENTENDIMENTO DA 1ª SEÇÃO REALINHADO NO RECURSO

ESPECIAL 1.402.616/RS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os honorários advocatícios fixados na ação de conhecimento pertencem ao advogado. Todavia, os honorários definidos nos embargos à execução em favor do INSS são devidos pela parte sucumbente, e não pelo causídico, não havendo identidade entre credor e devedor.

2. Destarte, tal qual preceituado no artigo 368 do CC, é pressuposto do instituto da compensação a existência de reciprocidade das obrigações ou de bilateralidade de créditos. A evidente ausência de reciprocidade ou de bilateralidade de créditos impede a compensação de verba honorárias fixadas no processo de conhecimento com as fixadas no processo de embargos à execução.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.563.629/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 2/12/2015).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DA VERBA FIXADA NA AÇÃO DE CONHECIMENTO COM AQUELA ESTABELECIDADA NA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA D IDENTIDADE ENTRE CREDOR E DEVEDOR. INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. NATUREZA ALIMENTÍCIA DA VERBA DEVIDA AO CAUSÍDICO DISTINTA DA NATUREZA DE CRÉDITO PÚBLICO DA VERBA DEVIDA AO INSS. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A Primeira Seção do STJ, em julgamento concluído em 10.12.2014 nos autos do Recurso Especial 1.402.616/RS, firmou o entendimento de não ser possível compensar os honorários fixados no processo de conhecimento com os fixados no processo de Embargos à Execução, uma vez que, nos termos do art. 368 do Código Civil/2002, a compensação é possível quando duas pessoas forem, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra. A partir da exigência de sucumbência recíproca, deve-se identificar credor e devedor, para que, havendo identidade subjetiva entre eles, possa ser realizada a compensação, o que não se verifica na hipótese em exame.

2. Recurso Especial não provido.

(REsp 1527590/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 26/5/2015, DJe 5/8/2015).

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, inciso II, do RISTJ, conheço do recurso especial interposto pelo INSS para negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator